



# XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

ISSN 2177-3688

**GT-2 – Organização e representação do conhecimento**

**ABORDAGENS SOCIOCULTURAIS NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO : SUBSÍDIOS  
TEÓRICOS PARA REPRESENTAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA<sup>1</sup>**

***SOCIO-CULTURAL APPROACHES IN THE KNOWLEDGE ORGANIZATION: THEORETICAL  
SUBSIDIES FOR THE REPRESENTATION OF AFRO-BRAZILIAN CULTURE***

Graziela dos Santos Lima - Universidade Estadual Paulista  
Carlos Cândido de Almeida - Universidade Estadual Paulista

**Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** A abordagem sociocultural se configura em uma pesquisa direcionada para cultura e seu contexto, e possibilita um olhar amplo, crítico e reflexivo sobre uma perspectiva ética relacionada à representação de diversas culturas em diferentes contextos que possam colaborar na construção de diretrizes que contemplem a cultura afro-brasileira nos sistemas de organização do conhecimento. É necessário relacionar as questões iniciais, vinculadas aos aspectos teóricos que contribuem para pensar maneiras de representar os conhecimentos científicos e os ditos não científicos intitulados como conhecimentos marginais e subalternos no campo da Organização e Conhecimento. Nesse sentido, busca-se apresentar subsídios teóricos a partir da abordagem sociocultural na Organização do Conhecimento de modo a contribuir na representação da cultura afro-brasileira. Para tanto, o trabalho versa sobre uma abordagem teórico-bibliográfica, com propósito crítico e reflexivo pautado em autores como Hudon (1997), García Gutiérrez (2004, 2006), Beghtol (2002), Morado Nascimento (2006), Ribas e Moura (2006), Furner (2007) Miranda (2007, 2012), Dal'Evedove e Fujita (2013), Dal'Evedove (2014), Fox (2016) e Farias (2014, 2019). Portanto, as abordagens apresentadas surgem como teorias interpretativas de avaliação dos sistemas de organização do conhecimento, bem como servem de parâmetro para propor diretrizes que contemplem tanto o saber científico e tradicional dos afrodescendentes. Além da teoria crítica de raça, a interseccionalidade nos faz evidenciar as categorias de opressões, a epistemografia e a desclassificação a dar existência a esses conhecimentos.

**Palavras-Chave:** Organização do Conhecimento-Abordagens socioculturais; Cultura Afro-brasileira.

**Abstract:** The sociocultural approach is configured in a research directed to culture and its context, and allows a broad, critical and reflective look on an ethical perspective related to the representation of different cultures in different contexts that can collaborate in the construction of guidelines that contemplate African culture in knowledge organization systems. It is necessary to relate the initial questions, linked to the theoretical aspects that contribute to think ways of representing scientific knowledge and the unscientific so-called marginal and subordinate knowledge in the field of Organization and Knowledge. In this sense, we seek to present theoretical support from the sociocultural approach in the Knowledge Organization in order to contribute to the representation of Afro-Brazilian culture. Therefore, the work is about a theoretical and bibliographical approach, with critical and reflexive purpose based on authors such

---

<sup>1</sup> O presente trabalho busca por subsídios teóricos a partir da abordagem sociocultural na organização do conhecimento que contemple a representação da cultura afro-brasileira.

as Hudon (1997), García Gutiérrez (2004, 2006), Beghtol (2002), Morado Nascimento (2006), Ribas and Moura (2006), Furner (2007) Miranda (2007, 2012), Dal'Evedove and Fujita (2013), Dal'Evedove (2014), Fox (2016) and Farias (2014, 2019). Therefore, the presented approaches emerge as interpretative theories of evaluation of the knowledge organization systems, as well as serve as parameter to propose guidelines that contemplate both the scientific and traditional knowledge of the African descendants. In addition to the critical theory of race, intersectionality makes us highlight the categories of oppression, epistemography and disqualification that give rise to this knowledge.

**Keywords:** Knowledge Organization-Sociocultural Approaches; Afro-Brazilian culture.

## 1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, dita Constituição Cidadã pelo Deputado Federal Ulysses Guimarães, significou o reconhecimento da diferença cultural como direito fundamental. Nos anos subsequentes, por meio da pressão da sociedade civil, em especial do Movimento Negro, o tema das desigualdades raciais e da necessidade de políticas compensatórias, conhecidas por ações afirmativas, entraram na agenda política do país, implicando de forma subsidiária, entre outros, no crescimento dos estudos sobre a África e a Diáspora africana nas Américas. Com a aprovação da Lei Federal 10.639/03, os estudos e as publicações se intensificaram nas diversas áreas do conhecimento com o objetivo de dar suporte às redes de ensino na educação básica e superior.

Entretanto, a multiplicação de publicações ampliou as dificuldades nos processos de organização da informação e organização do conhecimento, no que se refere às informações relacionadas ao campo de estudos Afro-brasileiros para uma possível recuperação da informação e expansão da produção acadêmica sobre a temática. Este fato decorre da percepção, hegemônica, dos sistemas de organização do conhecimento, Sistema de Classificação de Dewey (CDD) e o Sistema de Classificação Universal (CDU), como universais. Neles, naquilo que nos interessa, às culturas do Sul Global, leia-se dos povos que em algum momento sofreram o impacto da expansão imperial da cultura ocidental colonialista, como limitados, particulares e locais.

Desse modo, tal universalidade, um termo polissêmico, dependendo do contexto na qual é abordado, significa a manifestação de uma cultura sobre a outra, por meio de uma perspectiva de saber, por natureza eurocentrado (ORTIZ, 2015).

Para Ortiz (2015) uma atitude crítica ao eurocentrismo exige desnaturalizar, questionar o universal, categoria inventada a partir da sistematização da ciência da natureza nos séculos XVI e XVII, como modo de legitimar as pretensões imperialistas e colonialistas do modo racionalista de produção de verdade.

No âmbito do campo disciplinar da Ciência da Informação e seus instrumentos de organização do conhecimento, tal universalidade, legitimada na Modernidade, se manifesta via representação dicotômica e hierarquizada submetendo gênero, raça<sup>2</sup> e

---

<sup>2</sup> No aspecto sociológico do entendimento do termo, ver: MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Em Brandão, André Augusto P. (org.), **Cadernos Penesb 5**. Niterói: EdUFF. 2005.

culturas, não pertencentes a civilização ocidental, a sub-representação.

Tais desigualdades se acentuam no contexto brasileiro, no qual pensar em instrumentos de organização do conhecimento, exige enfrentar a diversidade de povos e culturas. Nos obriga a adotar uma perspectiva multiculturalista, buscando contemplar a presença de diversas culturas em um mesmo espaço territorial (SILVA, 2018).

A abordagem multicultural é expressão, em termos acadêmicos e políticos, de um reconhecimento dos saberes produzidos por diferentes atores sociais que são representados como categorias sociais subalternas em relação ao homem, branco, cristão e heteronormativo. Nesse sentido, é um “movimento reivindicatório de grupos sociais e marginalizados, por políticas públicas e garantia de direitos civis básicos a todos e pelo fim de toda forma de intolerância” (CARDOSO, 2014, p. 79).

Dessa maneira, as perspectivas ocidentais que “definiam as formas de representar o mundo, negando, excluído e espetacularizando as diferenças [...] ganharam novos contornos que forçaram as fronteiras da representação, instituindo novos assuntos, novos atores, novas abordagens, outros olhares e sensibilidades”(OLIVEIRA, 2018, p. 291), a partir dos sujeitos chamados subalternos<sup>3</sup>.

Assim, constitui-se um desafio refletir sobre os limites dos sistemas de organização do conhecimento (SOCs) , de modo a distanciá-los de um viés eurocêntrico<sup>4</sup> de compreender o mundo (MIRANDA, 2007) e, responsável pela produção de “um espelhamento parcial da realidade, tornando rarefeita a presença de temáticas, representações e subjetividades” (MOURA, 2018, p. 119).

Afinal, um sistema de organização de conhecimento, de certa forma, reflete as relações de poder na sociedade e, ao mesmo tempo, determina o lugar das culturas que estão situadas no hemisfério Sul (SANTOS, 2010). Logo, os conhecimentos são retratados de maneira marginal e sua população, em especial as de origem africana e indígena, é imaginada apenas como objeto da ciência ou inexistente. No pensamento ocidental, as culturas ditas tradicionais, são consideradas objetos da ciência, por serem conhecimentos ditos não válidos, ou não científicos.

---

<sup>3</sup> São os/as sujeitos “excluídos dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p. 12).

<sup>4</sup> Um modo de pensar e organizar “a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade do ponto de vista de sua própria experiência, colocando sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal” (LANDER, 2005, p. 34) a partir da Europa.

Como foi indicado anteriormente, tal fato é decorrente do pensamento moderno que desde o século XVI, vem elaborando e formalizando “um modo de produzir conhecimento que dava conta das necessidades cognitivas do capitalismo” (QUIJANO, 2010, p. 85).

A Ciência da Informação configura-se como campo positivista e empirista, nas quais suas teorias, conceitos e métodos, frutos da combinação de diversas correntes teóricas e disciplinares e os três paradigmas da C.I. (físico, cognitivo e social), contribuíram para que se tenham características limitantes (ARAÚJO, 2009), com relação a outros tipos de conhecimentos de sentidos diversos e não científicos. Essa característica engessada da Ciência da Informação evidencia o lado tecnicista originado da Biblioteconomia e da Documentação.

Desse modo, o foco dito tecnicista da Ciência da Informação parece ser incapaz “[...] de capturar aquilo que o método não dá conta de apreender: a informação subjetiva, dotada de sentidos diversos e inserida no terreno da experiência histórico cultural” (ARAÚJO, 2009, p. 203).

Neste artigo, fruto de reflexões para tese de doutorado, busca-se apresentar subsídios teóricos a partir da abordagem sociocultural na Organização do Conhecimento de modo a contribuir na representação da cultura afro-brasileira. Para tanto, o trabalho versa sobre uma abordagem teórico-bibliográfica, com propósito crítico e reflexivo pautado em autores como Hudon (1997), García Gutiérrez (2004, 2006), Beghtol (2002), Morado Nascimento (2006), Ribas e Moura (2006), Furner (2007) Miranda (2007, 2012), Dal’Evedove e Fujita (2013), Dal’Evedove (2014), Fox (2016) e Farias (2014, 2019).

A abordagem sociocultural se configura em uma pesquisa direcionada para a cultura e seu contexto, e possibilita um olhar amplo, crítico e reflexivo sobre uma perspectiva ética relacionada à representação de diversas culturas em diferentes contextos que possam colaborar na construção de diretrizes que contemplem a cultura afro-brasileira nos sistemas de organização do conhecimento.

É necessário relacionar as questões iniciais, vinculadas aos aspectos teóricos que contribuem para pensar maneiras de representar os conhecimentos científicos e os ditos não científicos, nomeados como conhecimentos marginais e subalternos no campo da Organização e Conhecimento.

## 2 O CAMPO DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: PRESSUPOSTO

O conhecimento adquirido por meio de interações sociais tem como base algo já construído coletivamente e disseminado por meio de práticas sociais e repercutem ao longo do tempo por hábitos. De fato, o entendimento do sistema de organização do conhecimento como modelos de mundo (BRASCHER; CAFÉ, 2008) parece adequado, representando ainda uma certa realidade que faz parte da vida cotidiana de uma determinada sociedade e/ou cultura.

Para que estes conhecimentos tenham durabilidade e permanência na sociedade, devem ser registrados e organizados para uma futura busca dessas informações e quiçá construir novos conhecimentos.

O objetivo desta seção é apresentar a noção de organização do conhecimento como pano de fundo em que se desenrolam as abordagens socioculturais, críticas ao modelo majoritário e universalista de representação do conhecimento privilegiado principalmente nos séculos XIX e XX.

Qualquer ciência tem seu modo de organizar o conhecimento, mas com a expansão científica e tecnológica, as informações obtiveram um crescimento exponencial (BORKO, 1968; LOUREIRO, 1999) que foi necessário criar um campo científico que desse conta de organizar, entender o fluxo, as propriedades, os fenômenos, a recuperação da informação, dentre outros, e contar com a contribuição de outras áreas de conhecimento para o seu desenvolvimento. Entretanto, a Ciência da Informação surgiu com o propósito de solucionar barreiras relacionado ao acesso e ao uso da informação. É uma ciência que tem um papel importante voltado à dimensão social e humana (SARACEVIC, 1996; SILVA; FREIRE, 2012), embora nos primórdios tenha se dedicado mais às áreas especializadas.

Os problemas relacionados à informação antecipados no artigo de Vannervar Bush (1945), intitulado *As we may think* (Como nós pensamos), tratavam dos “problemas decorrentes do volume e do valor da informação liberada após a Segunda Guerra Mundial” (BARRETO, 2007, p. 20).

O resgate histórico da Ciência da Informação apresenta elementos, muitas vezes contraditórios. Por vezes, é uma ciência surgida do desdobramento da Biblioteconomia e Documentação, por outra, foi criada pela necessidade social da organização do grande

volume da informação (PANDO, 2018). Apesar da diversidade de datas,<sup>5</sup> o termo Ciência da Informação se destacou e concretizou institucionalmente nos anos de 1960 nos Estados Unidos, com a seguinte conceituação: a Ciência da Informação é “uma ciência interdisciplinar que investiga as propriedades e comportamento da informação, e as técnicas, tanto manual quanto mecânica, de processamento da informação, visando sua armazenagem e recuperação e disseminação ideal” (BORKO, 1968, p. 3).

Um dos problemas relacionados à informação é a organização. No entanto, a interdisciplinaridade da Ciência da Informação com a Biblioteconomia possibilitou a criação de um campo de estudos sobre a Organização do Conhecimento, como forma de lidar com esse problema que afetava e ainda afeta a humanidade. O campo de estudo tem origem via obra de Evelyn Bliss sobre *A organização do conhecimento e o sistema das ciências* publicado em 1931 e institucionalizado na International Society for Knowledge Organization - ISKO, em 1989 (DAHLBERG, 2006).

Para a mesma autora, a Organização do Conhecimento é um campo autônomo de conhecimento, por se tratar da organização de um grande número coletado de conhecimento ao longo dos séculos e, no entanto, precisa ser reconhecido no sistema das ciências.

Destacamos aqui a utilização das iniciais em letras maiúsculas no que se refere a Organização do Conhecimento evidenciado como campo de estudos, enquanto a organização do conhecimento iniciada com letras minúsculas referimos ao processo. Essa diferenciação também é evidenciada nos trabalhos de Farias (2014) e Silva (2018). Enquanto campo de estudos a Organização do Conhecimento, compreende uma

disciplina dedicada ao estudo e desenvolvimento dos fundamentos e técnicas de planejamento, construção, gestão, uso e avaliação de sistemas de descrição, catalogação, ordenação, classificação, armazenamento, comunicação e recuperação dos documentos criados pelo homem para testemunhar, conservar e transmitir seu saber e seus atos, a partir de seu conteúdo, com a finalidade de garantir sua conversão em informação capaz de gerar novo conhecimento. (ESTEBAN NAVARRO; GARCIA MARCO, 1995, p. 149)

A organização do conhecimento enquanto processo baseia-se em instrumentos

---

<sup>5</sup> Pinheiro e Loureiro (1995) esclarecem que o primeiro uso do termo foi em 1959; para Rayward (1997) corroborado por e Shapiro (1995) o uso do termo foi em 1955; para Ortega (2004) foi em 1958 com a criação do Institute of Information Scientists, em Londres; para Abdalla e Kobashi (2012), o termo surge em um artigo elaborado por Jason Farradane intitulado, *Knowledge, Information and Information Science* em 1980 (PANDO, 2018).

para a organização do conhecimento, que possui conceitos sistematizados e relacionados entre si, tais como tesouros e as ontologias, para organizar as informações.

Desse modo, a organização do conhecimento em bibliotecas é vista desde a biblioteca de Alexandria por meio dos catálogos. Estes foram feitos para ordenar os livros que naquele tempo tinha o propósito de registrar e guardar (SMIRAGLIA, 2002). Contudo, foi no século XIX, com Panizzi, Cutter e Dewey, que a organização do conhecimento delimitou princípios pragmáticos fortemente vinculados às técnicas da organização.

Com o desenvolvimento do campo da Ciência da Informação, a organização do conhecimento tornou-se peça fundamental na socialização da informação.

Na concepção de Dahlberg (2006), a Organização do Conhecimento é um campo científico que estrutura e sistematiza os conceitos conforme suas características. Para Brascher (2012, p. 11), o campo da Organização do Conhecimento “[...] implica lidar com aspectos intrínsecos e extrínsecos à cognição humana, e, mais diretamente, àqueles relacionados ao uso da linguagem natural, como principal veículo de comunicação” e seu campo de estudos está direcionado aos aspectos semânticos do conceito e seus relacionamentos (CAFÉ; BRASCHER, 2011).

O conhecimento é construído socialmente via relações sociais e intersubjetivas e, nesse sentido, constroem-se conceitos que irão refletir os objetos na sociedade. A pesquisa sobre o conceito tem uma base filosófica que remonta a Platão e Aristóteles (HJORLAND, 2009), e corresponde à noção de ideia, ponto de vista, opinião, avaliação, conclusão moral e reputação.

Já no contexto da Organização do Conhecimento, para Barité (2001, p. 33, tradução nossa), conceito é uma abstração ou noção que se refere a uma unidade de conhecimento não importando sua expressão linguística. Esta definição é também encontrada em Dahlberg (1978), que define conceito como uma unidade de conhecimento geralmente expressa e validada por uma comunidade científica.

A teoria do conceito evidenciada por Hjørland (2009) é considerada “pós kuhniana”<sup>6</sup>. Isso significa dizer que os conceitos se modificam, coexistem e competem entre si quando há mudança de paradigma na ciência. Portanto, a construção do conceito é também reflexo das ideias metodológicas dos pesquisadores que se modificam com o

---

<sup>6</sup> Thomas Samuel Kuhn foi um físico e filósofo da ciência estadunidense. Escreveu A estrutura das revoluções científicas uma de suas obras mais importante.

tempo.

Logo, os conceitos são formados e evoluem pelas práticas humanas incorporadas nas sociedades por interesses subjetivos negociados coletivamente para classificar os objetos que aderem à realidade (HJORLAND, 2009). Na Ciência da Informação e na Biblioteconomia, os conceitos estão por trás das perguntas feitas pelo usuário no processo de busca de informações.

Nesse sentido, os sistemas de organização do conhecimento “são sistemas conceituais semanticamente estruturados que contemplam termos, definições, relacionamentos e propriedades dos conceitos” (CARLAN; MEDEIROS, 2011, p. 54), que auxiliam na recuperação da informação e do conhecimento, na padronização dos termos e na orientação da indexação, satisfazendo as necessidades informacionais dos seus usuários. Tais sistemas possuem “aplicabilidade em ambientes informacionais impressos e eletrônicos, abrangendo todos os tipos de esquemas que possibilitam a organização do conhecimento, a gestão, além de sua disseminação” (CERVANTES, 2009, p. 30).

Mas não é o que se percebe nos instrumentos de organização do conhecimento, que ainda têm como estrutura a organização dos saberes científicos vinculados, em maior dimensão, aos saberes relacionados à cultura dos países situados no hemisfério Norte e o enfoque nos conteúdos epistemológicos com base eurocêntrica o que torna esse instrumento limitante, por exemplo, as categorias dicotômicas gera proselitismo; conforme Miranda (2012), temos nos sistemas de classificação em maior ênfase a religião cristã em detrimento de outras.

As relações sociais e intersubjetivas instituídas por meio de comunicação e linguagem constroem conhecimentos de uma maneira coletiva para a compreensão da realidade. Esse conhecimento, quando moldado por uma ideologia dominante, por meio de convenção, possibilita que categorizamos e classificamos de uma maneira dicotômica e hierarquizada representações que consideramos não-familiares.

Assim, os sistemas de organização do conhecimento, são elaborados em um determinado contexto/tempo, visando um padrão vigente de uma determinada época. Estas representações refletem distorções, limitações e sub-representações conforme visto nos trabalhos de Olson (2002), Miranda (2007), Milani (2007), Guimarães (2008), Silva (2018), dentre outros, que não condizem com a realidade que situamos, onde os sujeitos são diferentes étnico-racialmente, na sua forma de ser, ver e pensar o mundo a partir de

sua subjetividade.

Em síntese, o campo da Organização do Conhecimento deve se voltar à análise dos conceitos que representam conhecimentos não científicos e rediscutir a pertinência de conceitos supostamente científicos para a classificação de populações desfavorecidas. Para tanto, deve estruturar uma linha de pesquisa voltada ao tema sociocultural.

### **3 PERSPECTIVAS SOCIOCULTURAIS NA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: CONTEXTO DA DISCUSSÃO E BASE TEÓRICO-INTERPRETATIVA**

Nessa seção, trata-se-á da base teórico-interpretativa que tem sido construída no interior do campo da Organização do Conhecimento voltada ao problema de representação da cultura afro-brasileira na composição conceitual e na representação presente nos sistemas de organização. Antes, porém, devemos avançar no entendimento do processo de representação.

Conforme Jodelet (2001), criamos representações com o intuito de nos informarmos sobre os acontecimentos do mundo. Nesse sentido, representar significa exteriorizar o que está na mente do indivíduo em algo concreto que contemple uma realidade, “corresponde a um ato de pensamento pelo qual um sujeito se reporta a um objeto” (JODELET, 2001, p. 23). As representações são originadas por meio de recursos simbólicos criados por experiência, sociabilidade, cultura e linguagem que permeiam o cotidiano.

Representar significa também substituir (PINHO, 2006), colocar “algo em lugar de” (ALVARENGA, 2003, p. 20). E as representações utilizam-se de elementos simbólicos para sua concretude tais como: “palavras, figuras, imagens, desenhos, mímicas, esquemas, entre outros, para substituir uma ideia ou um fato” (LIMA; ALVARES, 2012, p. 21).

Entendemos que o sistema de organização do conhecimento não é neutro, pois expressa uma visão ideológica, particular, muitas vezes influenciada pelo meio em que vivemos (PINHO; GUIMARÃES, 2012).

Além disso, sofreu e sofre influências externas de uma construção e de uma prática social refletida por um sistema simbólico que caracteriza uma visão ideológica de mundo para a sua construção. Desse modo, poderá expressar posições particulares e políticas, adquiridas ao longo do tempo por meio de experiências via relações sociais que podem

auxiliar na tomada de decisão do indivíduo na construção de instrumento de organização do conhecimento.

Em se tratando dos conhecimentos das populações socialmente marginalizadas na sociedade, tais como indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres, LGBTQIA+, ciganos, nos países em que a colonização ocorreu, diferentes práticas foram influenciadas pelo viés de normas institucionalizadas e disseminadas por representações em diversos meios (mídias, igrejas, escolas, dentre outras...), inclusive o conhecimento que de certa forma auxilia na decisão.

Para García Gutiérrez (2011), o conhecimento é pluralista e subjugado pela ciência ocidental, a qual limita e representa outros conhecimentos de forma não favorável, como por exemplo, o que acontece com a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. O conhecimento relacionado à História e Cultura Afro-Brasileira tem sido negado ao longo do tempo por posições ideológicas, com o intuito de manter a superioridade do conhecimento europeu (GONZALES, 1988).

É importante estabelecer diretrizes que contemplem a cultura Afro-Brasileira nos SOCs, pois possibilitariam representações próximas da realidade dos Afro-Brasileiros/as, evitando limitações da cultura, estereótipos negativos e formações ambíguas (HJORLAND, 2008, p. 256). Estas limitações têm sido objeto de estudo<sup>7</sup> dentro da Ciência da Informação, embora não investigado de maneira mais aprofundada.

Nesse sentido, os instrumentos de organização do conhecimento não dão conta da diversidade étnica e cultural existente no Brasil. A representação limitada nos SOCs dos múltiplos conceitos existentes no Campo dos Estudos Afro-Brasileiros pode dificultar na indexação dos materiais relacionado à temática interferindo na recuperação dessas informações.

Na pós-modernidade, houve uma perspectiva reivindicatória por parte de pesquisadores e críticos vindo da escola de Frankfurt. A transição da modernidade para a pós-modernidade gerou por partes dos críticos reflexões, análises (HARVEY, 1994; SANTOS, 2000) e questionamentos sobre a modernidade relacionados aos métodos científicos utilizados na época, que não incluíam conhecimentos socioculturais.

Também na perspectiva pós-moderna a concepção do outro não será mais vista

---

<sup>7</sup> Miranda (2007), Miranda; Oliveira e Paranhos (2011), Miranda; Paranhos; Oliveira e Paes (2012), Miranda (2016).

como objeto de estudo (SANTOS, 2000) e visto por outra realidade, dando visibilidade e apresentando conhecimento por outro viés, a partir do Sul e América Latina. No entanto, questionamentos dos críticos dos sistema de organização do conhecimento, partiam da problemática de que os sistemas de representação, em especial os ditos universais, os Sistema de Classificação de Dewey (CDD) e o Sistema de Classificação Universal (CDU), não dão conta de representar a realidade.

Desse modo, as perspectivas socioculturais na Organização do Conhecimento buscam entender “estudos cujas investigações direcionam para um olhar sobre a cultura e o contexto” (FARIAS, 2014) nas quais as investigações se inserem.

A abordagem sociocultural, ou estudos socioculturais, constitui-se na contribuição de diferentes autores, conceitos, modelos (RIBAS; MOURA, 2006) e métodos que possibilitam compreender o contexto de determinadas culturas.

Para Farias (2014, p. 50) “o conhecimento visto sob um ponto de vista cultural é desenvolvido num determinado grupo social, em um contexto específico de relações e interações humanas”. Essas interações, para a mesma autora, são feitas por meio da linguagem onde são expressas em um sistema de signos.

A linguagem implica na compreensão dos contextos culturais e é a forma expressiva de exteriorizar (comunicar) o conhecimento. O conhecimento, “surge da interação provocada pelo meio em que este é gerido” (FARIAS, 2014) e este meio, onde a autora se refere é o próprio contexto sociocultural na qual o indivíduo e/ou grupo se situa.

Assim, a cultura constitui espaço em que transita um complexo de signos representados via códigos e linguagens que são utilizados para construção e/ou reconstrução de conhecimentos, portanto a cultura é dinâmica e determinada pelo sujeitos que fazem parte dela (FARIAS, 2014).

Ou seja, a cultura se transforma e se entrelaça via processo de hibridização<sup>8</sup> com outras culturas, o que torna a linguagem e o conhecimento um processo transformador e não estático. Entretanto, não podemos entender a cultura fora do social (GUTIÉRREZ, 2004) e nem a sociedade (grupos e indivíduos). Portanto, o conhecimento visto por um viés sociocultural se manifesta por diversas formas (FARIAS, 2014).

A abordagem sociocultural iniciou-se pelas contribuições de Vygotsky com viés

---

<sup>8</sup> A cultura está sujeita a agregar elementos de outras culturas via interação e construção dialógicas e podem ser vistas como antirreflexo (FARIAS, 2014).

psicológico e educacional e destaca princípios como: “a escolha da atividade como unidade de análise, o conceito de mediação, a consideração de diferentes planos de análise, a pluralidade metodológica e a noção de que a própria atividade de pesquisa é uma construção social” (ROGOFF; CHAVAJY, 1995 apud RIBAS; MOURA, 2006, p. 130).

O princípio referente ao conceito de mediação é, na natureza, mediado pela atividade humana via instrumentos materiais e sistemas de signos, ou seja, o indivíduo utiliza diferentes forma de mediação como práticas culturais dentro de sua comunidade ou grupo (RIBAS; MOURA, 2006, p. 130).

Outro princípio, para Rogoff e Chavajav (1995), e corroborado pelas autoras Ribas e Moura (2006), são as investigações atreladas ao desenvolvimento humano, e que devem considerar a inter-relação entre as dimensões individual, social e cultural. E por último, a pluralidade metodológica que proporciona a utilização de métodos variados que envolvem componentes de culturas.

A escolha da atividade como unidade de análise está relacionada ao ambiente no qual o sujeito ou comunidade se situa. Nesse contexto, as interações/relações com ambiente, entre pessoas e comunidade, constroem significados conforme a peculiaridade de cada cultura.

Estudos relacionados a perspectivas socioculturais na Organização do Conhecimento, ainda são poucos, no Brasil destacamos os trabalhos de Guimarães (2008), Pinho (2010), Dal’Evedove e Fujita (2013), Dal’Evedove (2014), Milani (2014), Nascimento (2006) e Farias (2014).

As autoras Dal’ Evedove e Fujita (2013), e Morado Nascimento (2006), tratam da abordagem sociocultural na informação. A informação “é construída na prática social, uma importante contribuição ao processamento da informação, uma vez que as estruturas de conhecimento precisam ser explicadas a partir do contexto social” (DAL’ EVEDOVE; FUJITA, 2013, p. 33).

Sabemos que a informação é subsídio necessário para a construção de conhecimento e nesse sentido, no campo da Ciência da Informação é o objeto primordial que possibilitou o entendimento e a necessidade de um paradigma cognitivo e social (CAPURRO, 2003), para que em diferentes contextos, os diversos indivíduos e suas comunidades pudessem entender o processo comunicacional que transfere a informação. Nesse aspecto, pode-se dizer que a informação está em uma abordagem sociocultural,

sendo construída e disseminada via interação e práticas sociais relacionadas e determinadas em um contexto.

Para Orom (2000), o contexto histórico e social é de extrema importância visto que o objeto de pesquisa, informação, na Ciência da Informação se modifica ao longo do tempo e é afetado pelo desenvolvimento social. Nesse sentido, para Morado Nascimento (2006, p. 29),

[...] a informação não é apenas uma ‘coisa’ a ser fisicamente observada, e sim historicamente construída, pois é ela que ‘dá forma a alguma coisa’, podemos concluir que os sujeitos criam mecanismo informacionais (percepção, memória, imagem, etc.) para reconhecer, interpretar e transmitir significados.

Para Hjørland (2002) e Hjørland e Albreshtsen (1995), o contexto social da informação é entendido sob a análise de domínio, configurado como a realidade entendida pelo sujeito dentro de uma comunidade discursiva e a partir de um contexto. Porém, a comunidade discursiva a que os autores se referem está relacionada basicamente a um campo científico, que prioriza a garantia literária e documental em área de especialidade.

Na Organização do Conhecimento os estudos socioculturais estão direcionados aos subsídios norteadores para os profissionais da informação nas atividades relacionadas ao tratamento da informação<sup>9</sup>. Entre estes subsídios destacam-se: os estudos éticos (DAHLBERG, 1992; GUIMARÃES, 2008; PINHO, 2010; MILANI, 2014), os estudos sobre ética transcultural (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, 2002), a hospitalidade cultural e a garantia cultural (BEGHTOL, 2002).

A discussão sobre os tesouros multilíngues (HUDON, 1997) se configura para análise e serve como metodologia para construção de sistema de organização do conhecimento que incluam equitativamente outras culturas. Entretanto, esses estudos teórico-metodológicos que possuem proximidades, mas com a perspectivas de cada autor, possibilitam ampliar a análise a respeito de questões éticas, sociais, políticas e culturais nos instrumentos de organização de conhecimento e pensar em propostas e/ou diretrizes para inclusão de forma realística baseada no contexto da cultura afro-brasileira.

---

<sup>9</sup> Tratamento da informação engloba todas as áreas técnicas, métodos e processos destinados às descrições físicas ou temáticas dos documentos em bibliotecas ou sistemas de recuperação da informação (DAL’ EVEDOVE; FUJITA, 2013, p. 26).

Desse modo, a abordagem ética na organização conhecimento está vinculada ao fazer dos bibliotecários, relacionados às práticas de tratamento temático e descritivo da informação.

Nessa perspectiva, temos autores como Guimarães, Pinho e Milani que tratam sobre essas questões. No entanto, a ética na Organização do Conhecimento foi mencionada por Dahlberg no artigo *Ethics and knowledge organization*, em 1992, configurando-se como “uma bússola que orienta o sentido das ações, fornece direções e válida comportamentos e atitudes” (PIZARRO, 2017, p. 134). E o entendimento sobre ética perpassa pela distinção sobre moral, que “é um conjunto de normas, regras, condutas e/ou comportamentos que visam regular as relações entre os indivíduos numa determinada comunidade social” (PIZARRO, 2017, p. 134). No entanto, para a mesma autora, a ética ajuda a nortear o agir dos indivíduos e coletivos, nesse contexto, o agir do profissional da informação, o bibliotecário.

Por sua vez, a ética transcultural parte da noção do entendimento de respeitar as diversas culturas, tendo a percepção das peculiaridades que fazem delas distintas, sem atribuição de valores de superioridade e inferioridade, tendo como parâmetro uma determinada cultura, como etnocêntrica.

Esse estudo tem por base o pesquisador Garcia Gutiérrez (2002), que parte da ideia de que a ética transcultural da mediação vem do princípio que a cultura é um sistema aberto, dialógico e interativo, que tem a intenção de superar visões dominantes e reducionistas (FARIAS, 2014). Abordagem que prioriza a diversidade cultural e valoriza o contexto cultural na qual o indivíduo ou o grupo faz parte sem por a concepção de valores de superioridade e inferioridade. Por parte do profissional da informação, a ética transcultural possibilita um “posicionamento ético, crítico e reflexivo” (FARIAS, 2014, p. 52).

Por outro lado, a hospitalidade cultural e garantia cultural cunhado por Clare Beghtol (2002), parte do princípio de que os indivíduos situados em diferentes culturas necessitam de diversos tipos de informações e muitas vezes em contextos diferentes. Para a autora, o sistema de organização do conhecimento deve representar conhecimento e informação de maneira global e ao mesmo tempo local, vestido em diferentes línguas em qualquer lugar do mundo. Nesse sentido, o estudo busca preservar a garantia cultural, pautada no respeito, de indivíduos, grupos e comunidades.

Já a análise do tesauro multilíngue, instrumento de representação examinado pela pesquisadora Michéle Hudon (1997), deve intensificar a ética transcultural mediadora de García Gutiérrez e a hospitalidade e garantia cultural proposta por Clare Beghtol, na possibilidade de indexar documentos em diversas línguas, proporcionando uma relação entre culturas e comunicação interlinguística.

No contexto brasileiro, onde a diversidade cultural se faz presente, é possível pensar numa abordagem sociocultural com os estudos e aspectos metodológicos abordados acima. Em se tratando da cultura afro-brasileira, marcada por fatores de ordem colonial, via sistema escravocrata perpetuado na cultura brasileira há mais de 500 anos, este perdura até hoje via representação negativa por meio do imaginário social construída por um olhar eurocêntrico.

As perspectivas socioculturais podem ser configuradas como uma abordagem que possibilita revisão das bases teóricas e epistemológicas (ARBOIT, 2014) da Organização do Conhecimento. Estas, nos dão possibilidades para integrar culturas marginalizadas, e suscetíveis à representação negativa, nos sistemas de organização do conhecimento.

Mas os estudos que se inserem na abordagem sociocultural como: ética, ética transcultural, hospitalidade e garantia cultural estão voltados, geralmente, ao fazer do profissional, o de representar. Este fato nos mostra que nessa ação só está incluído o posicionamento do profissional em relação às outras culturas, o que pode gerar representação errônea e não satisfazendo as necessidades do/s usuário/s de outras culturas.

São estudos que impossibilitam a comunidade de se representar, no entanto, podem estar suscetíveis a uma prática colonial de representação. Para essa integração é necessário perceber e desconstruir as epistemes que dá vazão e continuidade na prática de representação colonizadas de conhecimentos.

### **3.1 Representação da temática africana e afro-brasileira nos socs: estudos preliminares**

Esta seção parte do princípio de que dentro da perspectiva Sociocultural da Organização do Conhecimento discutir-se sobre marcadores sociais que se originaram no contexto da modernidade e serviram como pressuposto para distinção de grupos dominantes e grupos subalternos e que transcenderam o sistema de organização do

conhecimento. É bom enfatizar que os termos gênero e raça são concepções culturais do que se percebe do ser mulher e do ser homem, bem como, do ser negro e do ser branco (COSTA, 2006), sendo assim as duas categorias são social e culturalmente construídas.

Há estudos, sobre usos sociais e culturais relacionados aos termos gênero e raça que contribuíram para os avanços no que se refere a análise nos sistemas de representação do conhecimento. Estudos tais como de Hope Olson (2003), Jonathan Furner (2007), Maria das Graças Simões, Blanca Rodríguez Bravo e Olívia Pestana (2018), Maria Aparecida Moura (2018), García Gutiérrez (2006), (2013), Marcos Miranda (2007), (2012), Marcio Ferreira da Silva (2018), Melodie J. Fox (2016), dentre outros.

Hope Olson (2003) traz a perspectiva dos estudos de gênero como parâmetros para análise dos SOCs. A pesquisadora parte das bases interpretativas e metodológicas dos estudos estruturalista, feminista e pós-coloniais. Nos avanços de suas análises, Olson identifica que não há uma verdade universal entorno do conhecimento e a teoria da desconstrução tem auxiliado nos questionamentos sobre suposições originadas por oposições binárias que identifica conceitos oposto, sendo que um deles representa um termo universal e dominante em relação ao outro supostamente representado hierarquicamente inferior.

Desta forma, Olson (2003) já identificava que a análise dos sistemas de organização do conhecimento demandava ser verificado, via categorias identitárias (o que chamamos atualmente de interseccionalidade), em especial aquelas que “resultam em opressão e marginalização” (FOX, 2016, p. 374).

Para Fox (2016), as pesquisas de Olson possibilitaram enxergar as barreiras sistêmicas no sistema de classificação, tais como: o pensamento hierárquico ocidental, a linguagem sexista e etnocêntrica, a bagagem cultural que acompanha o conceito, as metáforas masculinas e as regras estruturais que levam à margem e à sub-representação. A intenção de Olson era dar acesso às vozes marginalizadas, minimizando o sistema de opressão conceitual e estrutural, visto que a Olson reconhece que as classificações são criadas por um discurso dominante e privilegiado que moldam as informações (FOX, 2016).

A interseccionalidade no campo da organização do conhecimento como parâmetros teórico e metodológicos evidência o eixo de subordinação. Para Fox (2016), interseccionalidade está relacionada a qualquer complexidade do conceito. No contexto

histórico do surgimento do termo, a interseccionalidade é datada da década de 1970 dentro do movimento feminista negro em oposição ao movimento feminista liderado por mulheres brancas, de classe média e heteronormativo (HIRATA, 2014).

Diante ao escopo do trabalho, não cabe aqui dar a continuidade do contexto histórico do termo interseccionalidade. Nesse sentido, a interseccionalidade se configura como uma abordagem teórico-interpretativa criada por Kimberlé W. Crenshaw, em 1989, e “designa interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe” (HIRATA, 2014, p. 62).

Na perspectiva de Bilge (2009, p. 70), a interseccionalidade é “uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado” e não isolado e hierarquizado. No que se refere a representação da cultura afro-brasileira a Teoria Crítica de Raça é um dos marcadores dentro da interseccionalidade que auxilia na interpretação dos sistemas de organização do conhecimento.

Jonathan Furner (2007) traz uma análise interpretativa vinda da Teoria Crítica de Raça para avaliar o sistema de classificação bibliográfico. Furner (2007) diz que teóricos e ativistas que abarcam a teoria crítica de raça, como um discurso crítico em suas pesquisas têm a intenção de sanar as injustiças raciais<sup>10</sup>, ou seja, o que chamamos aqui no Brasil, de eliminar as desigualdades raciais.

Para entender a teoria crítica de raça, temos que ter em mente que a abordagem é a soma da teoria de raça e racismo, para tanto é necessário conhecer e compreender os dois conceitos e entender que o conceito raça da vazão para o surgimento do racismo. Segundo Kabengele Munanga (2005), o conceito de raça possui um campo semântico e uma dimensão temporal e espacial, que foi transportado da botânica e da zoologia para legitimar as relações de dominação e de sujeitos entre classes sociais, foi servido também como ferramenta juntamente com a classificação para operacionalizar pensamento humano.

A antiga percepção, fundamento dos nacionalismos autoritários dos séculos XIX e XX, que se baseavam na hierarquia biológica da diversidade humana, foi denunciada como ilegítima após os massacres da II Guerra Mundial, do Apartheid, do Regime de Segregação

---

<sup>10</sup> Injustiça social, pois a teoria crítica de raça surgiu no campo do direito que mais tarde interdiciplinizou-se com outros campos científicos como perspectiva teórico-metodológica.

Racial no sul do Estados Unidos da América do Norte e das guerras anti-coloniais na Ásia e África.

Entretanto, como já indicamos acima, o racismo é mais do que uma ideologia, encontrando-se no centro do modo ocidental de perceber o mundo. E de um modo geral, nos antigos espaços coloniais, seja Bolívia, Índia ou Brasil, a raça constitui uma categoria estruturante das hierarquias sociais e do privilégio das elites autodenominadas brancas sobre os demais grupos subalternos. Ela é essencial na perpetuação de uma colonialidade do saber e do poder (CARDOSO; SILVA, 2018).

O racismo estrutural é uma forma de violência manifestada no tecido social de maneira institucional e cultural, naturalizada nas relações sociais, políticas, jurídicas e econômicas (ALMEIDA, 2018). Já o racismo institucional se manifesta de forma difusa nas organizações e instituições cotidianamente e é operacionalizado desigualmente via distribuição diferenciada de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial (LOPEZ, 2012).

Assim como uma sociedade é estruturada, sistematizada e institucionalizada por meio do racismo, os instrumentos de representação do conhecimento também o são bem como as bibliotecas que utilizam deste instrumento para organizar as informações.

Para Furner (2007), o sistema de classificação bibliográfica é considerado uma instituição informacional e sendo um sistema informacional pode vir agregado de valores morais da pessoa que o construiu, o que pode interferir na subjetividade humana. Utilizado em biblioteca, este instrumento pode ser disseminador de uma particularidade discursiva e opressiva. Os valores morais que são aspectos éticos, políticos, culturais e ideológicos que incidem no processo de construção do sistema de classificação.

Portanto, não há neutralidade na representação do conhecimento e as práticas racista e “outras formas de discriminação podem permear o processo de representação de grupos afrodescendentes dimensionados e tencionados cotidianamente numa relação dominante do poder” (SILVA, 2018, p. 93). Contudo, a Teoria Crítica de Raça pode ser útil tanto para a biblioteca quanto para a Ciência da Informação (FURNER, 2007).

Inspirada nas vertentes teóricas Ethnic Studies, Cultural Nationalism, US/Third World Feminism, Critical Legal Studies, Marxist e Internal Colonial, a Teoria Crítica de Raça surgiu nos meados dos anos a 1970, desenvolvida por intelectuais negros, latinos, asiáticos, povos originários e outras etnias não ariana dos Estados Unidos, para afirmar a

raça como uma unidade de análise central para compreender as relações de poder da sociedade servindo como instrumento de desconstrução da hierarquia social (SILVA; PIRES, 2015).

Surgida no campo do jurídico, tem como precursor o professor de direito Derrick Bell, afro-americano da Universidade de Nova York. A teoria crítica de raça também foi utilizada de forma interseccional no campo educacional para examinar pesquisas relacionadas a estudantes no que concerne a gênero, raça, classe e sexualidade (FERREIRA, 2014).

A teoria crítica de raça possui cinco princípios atualizados por Milner e Howard (2013), que são utilizados em estudos como método de análise. Tais princípios são: a intercentricidade de raça e racismo, o desafio à ideologia dominante, o compromisso com a justiça social, a perspectiva interdisciplinar e a centralidade do conhecimento experiencial.

Furner (2007), por meio da TRC, analisa a tabela 5 na CDD, chamada de tabela auxiliar onde denominada “Grupos raciais, étnicos e nacionais” que são tópicos destinados às populações raciais, ressaltamos que a análise feita pelo pesquisador foi na edição 21 por meio de suposições<sup>11</sup>, mas nesse período a CDD passou por modificações para edição 22, e supostamente as suposições criada por Furner ficou irrelevante. Na edição 22 cuja tabela 5 configurou-se para “Grupos Étnico e nacionais” com o intuito de dar ênfase a raça no conhecimento.

Mas Furner (2007) detectou que com a ausência do termo “raça” é como se a população definida com o termo não estivesse mais disponível como assunto, tornando o termo “raça” definida na mesma base em que os grupos étnicos (FURNER, 2007). Porém, uma das preocupações de Furner é a classificação do que ele compreende como raça mista dentro da nova classificação da CDD, nesse sentido, temos que compreender que a análise de Furner em relação à “raça mista” estar relacionada no contexto estadunidense que difere da percepção do contexto brasileiro.

---

<sup>11</sup> 1-que as pessoas podem ser agrupadas de acordo com alguma característica racial compartilhada (ou combinação de tais características);  
2-que algumas das populações ou "raças" resultantes são mais "básicas" que outras;  
3-que as raças listadas em -03 são todas básicas; e  
4-que é possível que uma pessoa compartilhe ou “misture” as características raciais de mais de uma raça.

No contexto estadunidense, as identificações de raça categorizada via genética, ou seja, se a pessoa possui sangue africano, possivelmente é identificada como sendo negra não importando se o fenótipo da pessoa é da cor branca. Já no contexto brasileiro, o que Furner considera como raça mista o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tratará como uma pessoa parda e, no movimento social negro, identificada como uma pessoa negra.

Dessa forma, o princípio de universalidade relacionado ao termos “raça” na CDD cai por terra, pois limita a percepção identitária no contexto brasileiro. A conclusão do autor é que para população mais estreita, o que ele considera como raça mista deve ser classificada em termos socioculturais e não raciais. Outra conclusão do autor é satisfazer o princípio da não linearidade, ou seja, a classificação não deve ser ordenada de maneira hierarquizada, não correspondendo à realidade.

No que se refere à “raça mista”, o autor propõe a ideia de auto-identificação no contexto da recuperação do documento, nesse sentido, o esquema de classificação deve seguir a terminologia utilizadas pelos pesquisadores de “raça mista”. Em sua síntese, a Teoria Crítica de Raça é uma abordagem útil para analisar os esquemas de classificação utilizados em bibliotecas, verificando as modificações ocorridas relacionadas ao termo raça com o intuito de identificar problemas de limitação.

No contexto brasileiro, poucos são os estudos que utilizam a TCR no contexto da Organização da Conhecimento, um dos trabalhos que utilizou como teoria interpretativa foi o pesquisador Márcio Ferreira da Silva (2018) que analisou o sistema de classificação de Dewey, em específico a categoria que versa sobre religiões afro-brasileira, em especial a umbanda. O pesquisador detectou que no sistema de classificação existem termos escolhido pelo idealizador que ocultam a expressão real do grupo.

Um dos exemplos citado pelo pesquisador estar no Sistema de Classificação Universal CDU, a classe 259.42 o que designa religião iorubá não cita de forma direta o termo Candomblé ou Umbanda. Mesmo com as modificações do sistema de classificação, com o objetivo de inclusão de outras expressões relacionadas às religiões de matriz africana, ainda é evidenciada em maior abrangência a representatividade das religiões cristãs (SILVA, 2018).

Em relação a CDD, nas edições 22 e 23, Silva (2018) informa que há uma predominância na classe 200 de religiões cristãs e que as expressões das religiões de

matriz africanas serão encontradas de maneira inferior pela hierarquização que o sistema conduz. Estas serão encontradas a partir da classe 299.6 com denominações que expressam entendimento vinculado às pessoas negras norte americana, como por exemplo: *Religions originating among Black Africans and people os Black African descent*.

Outras pesquisas referentes a cultura afro-brasileira no sistema de classificação são feitas pelo pesquisador Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda (2007), constituindo análise feita no sistema de organização do conhecimento, tais como: CDD, CDU, LCSH não parte da perspectiva da TCR, mas da perspectiva do etnoconhecimento a partir de uma Epistemografia proposta por Garcia Gutierrez (2006). O etnoconhecimento, ou conhecimento tradicionais,

conhecimentos produzidos por povos indígenas, afrodescendentes e comunidades locais de etnias específicas transmitidos de geração em geração, ordinariamente de maneira oral e desenvolvidos à margem do sistema social formal. São conhecimentos dinâmicos que se encontram em constante processo de adaptação, com base numa estrutura sólida de valores, formas de vida e crenças míticas, profundamente enraizados na vida cotidiana dos povos. (MIRANDA, 2007, p.[2]).

Nesse sentido, etnoconhecimento, conhecimento vindo de experiências passadas e que tem o auxílio da memória para exteriorização de forma oral, não se enquadraria em uma epistemologia de caráter ocidental, pois esta não o considera como um conhecimento válido, segundo os epistemólogos, passível de mensuração. No entanto, a epistemografia abarca os conhecimentos tradicionais, o que Garcia Gutierrez (2006) chamaria de cientificamente favelados.

A epistemografia é uma teoria pós-moderna que incorpora em seu contexto aspecto sociocultural, ético e político que tem como objeto a organização horizontal e interativa do saber por extensão da exomemória (GARCIA GUTIERREZ, 2006). Para o mesmo autor, epistemografia via representações de múltiplas situações, possibilita evidenciar as omissões, as contradições e a má fé posicionada na formulação e representação de categorias no SOCs. Portanto, García Gutiérrez (2006) propõem via epistemografia a teoria da desclassificação, que é “desmontar uma estrutura de ordenação dominante - geralmente hierárquica - implica reclassificar com parâmetros diferentes aos dessa estrutura” (GUTIÉRREZ, 2006, p. 110), ou seja, transgredir o limite da classificação.

A desclassificação também propõe uma produção de conhecimento aberto, auto e heterodescolonizador que possibilita o reconhecimento e a retomada do sujeito (GUTIÉRREZ, 2013). Para Gutiérrez (2013, p. 97), é um projeto de “recolonización descolonizante”, que sobrepõe razão política sobre razão técnica, dominante na Organização do Conhecimento.

Em síntese, as teorias abordadas, Teoria Crítica de Raça, Interseccionalidade, Epistemografia e Desclassificação são um diferencial a mais na abordagem sociocultural da organização do conhecimento que contrapõe os posicionamentos autoritários, conservadores e excludentes existentes dentro do campo da Organização do Conhecimento, que tem como base a epistemologia que valida o conhecimento científico e descarta outras formas de conhecimento, os ditos saberes tradicionais de negros, indígenas, dentre outros, chamados de sujeitos subalternos.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A perspectiva sociocultural na Organização do Conhecimento, onde envolve a análise do todo e suas partes relacionadas ao campo, disciplina e atividades/processos. Nos estudos identificados destacam-se questões éticas e multiculturais questões principais que possibilitam contemplar as diversas culturas em seus contextos de uma maneira equitativa. No que se refere ao objetivo proposto, que é apresentar subsídios teóricos a partir da abordagem sociocultural na Organização do Conhecimento de modo a contribuir na representação da cultura afro-brasileira, às abordagens apresentada suprem como teorias interpretativas de avaliação dos sistemas de organização do conhecimento, bem como serve de parâmetro para propor diretrizes que contemplem tanto o saber científico e tradicional dos afrodescendentes.

Nesse sentido, abordar a teoria sociocultural no campo de estudos afro-brasileiros possibilita entender o contexto das produções científicas e o contexto relacionado à população afro-brasileira enquanto sujeito sociocultural que constrói conhecimento via relação intersubjetiva, além de contribuir para os avanços da área da organização do conhecimento no que se refere aos assuntos, aos conhecimentos tradicionais.

Além de questões éticas e culturais, em determinado contexto, a abordagem sociocultural possibilita uma olhar político, quando se refere a abordagem interseccional,

a teoria crítica de raça e a epistemografia visando um etnoconhecimento. Esta abordagem possibilita uma análise transversal nos sistemas de organização do conhecimento no que concerne a cultura africana e afro-brasileira. Tais culturas possuem peculiaridades que não se encaixaram na epistemologia ocidental, primeiro por ser conhecimento de grupo historicamente marginalizado devido a categoria de raça; segundo, são constituídos por um conhecimento etnográfico além do científico reorganizados pelos próprios pesquisadores/as negros/as. Portanto, a teoria crítica de raça, a interseccionalidade nos faz evidenciar as categorias de opressões, a epistemografia e a desclassificação a dar existência a esses conhecimentos.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVARENGA, L. Representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação em tempo e espaço digitais. **Enc. Bibli. R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n.15, 2003.

ARAÚJO, C. A. Á. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 192-204, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a13.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2018

ARBOIT, A. E. **O processo de institucionalização sociocognitiva do domínio de Organização do Conhecimento a partir dos trabalhos científicos dos congressos da ISKO.** Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, K. (org.). **Educação, universidade e pesquisa.** Marília: Unesp; São Paulo: FAPESP, 2001

BARRETO, A. de A. Uma História da Ciência da Informação. In: TOUTAIN, L. M. B. B. (org.) **Para entender a Ciência da Informação.** Salvador: EDUFBA, p. 103-123, 2007.

BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.

BEGHTOL, C. Universal concepts, cultural warrant, and cultural hospitality. In: LÓPEZHUERTAS, M. J. (ed.). Challenges in knowledge representation and organization for the 21 century: integration of knowledge across boundaries. Würzburg: ERGON-Verlag. 2002. p. 45-49. (Advances in Knowledge Organization, 8).

BILGE, S. “Théorisations féministes de l’intersectionnalité”. **Diogène**, 1 (225): 70-88, 2009

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019**  
**21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

BORKO, H. Information Science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3- 5, Jan. 1968. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EdbertoFerneda/k---artigo-01.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

BRASCHER, M. Prefácio. In: ALVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4, 2012.

BRASCHER; M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ECA/USP, ENANCIB, 2008.

CAFÉ, L.; BRÄSCHER, M. Organização do conhecimento: teorias semânticas como base para estudos e representação de conceitos. **Inf. Inf., Londrina**, v.16. n.3. p. 25-51, jan./jun. 2011.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Minas Gerais: UFMG, 2003.

CARDOSO, P. de J. F. **A luta contra a apatia**: estudos sobre a instituição do movimento negro antirracista na cidade de São Paulo (1915-1931). Itajaí: Casa Aberta, 2012.

CARDOSO, P. de J. F. Implementação da Lei Federal 10. 639/03: Significados e desafios da institucionalização da luta anti-racista no Brasil. In: CARDOSO, P. de J. F. **Multiculturalismo e Educação**: Experiências de implementação da Lei Federal 10.639/03 em Santa Catarina. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

CARLAN, E.; MEDEIROS, M. B. B. Sistemas de Organização do Conhecimento na visão da Ciência da Informação. **RICI: R.lbero-amer. Ci. Inf.**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 53-73, ago./dez.2011.

CERVANTES, B. M. N. **A construção de tesouros e a integração de procedimentos terminográficos**. 2009. 209 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

DAHLBERG, I. Ethics and knowledge organization: in memory of Dr. S. R. Ranganathan in his centenary year. **International Classification**, Frankfurt, v. 19, n. 1, p. 1-2, 1992

DAHLBERG, I. **Knowledge organization: a new science?** Knowledge Organization, Frankfurt, 33 (1), 2006.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da informação**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, Jul./Dez. 1978. Disponível em:< [revista.ibict.br/ciinf/article/view/115%3E](http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115%3E)> Acesso em:07 jun. 2016.

DAL' EVEDOVE , Paula Regina; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Estudo sociocultural da comunidade discursiva do tratamento temático da informação em bibliotecas universitárias. **Encontros Bibli**, v. 18, n. 36, 2013.

DAL' EVEDOVE, P. R. **O tratamento temático da informação em abordagem sociocultural: diretrizes para definição de política de indexação em bibliotecas universitárias**. 2014. 259f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

ESTEBAN NAVARRO, M. A.; GARCÍA MARCO, F. J. Las primeras jornadas sobre organización del conocimiento: organización del conocimiento e información científica. **Scire**, Zaragoza, v.1, n.1, p.149-157, 1995.

FARIAS, M. C. Q. da S. **A semiótica da cultura nas abordagens socioculturais da organização do conhecimento** : uma análise teórico-conceitual. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

FERREIRA, A. de J. Teoria Racial Crítica e Letramento Racial Crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [s.l], v.6, n.14, p.236-263, out., 2014.

FOGL, J. **Relations of the concepts 'information' and 'knowledge'**. International Fórum on Information and Documentation, The Hague, v.4, n.1, p. 21-24, 1979.

FOX, M. J. "Priorities of Arrangement" or a "Hierarchy of Oppressions?": Perspectives on Intersectionality in Knowledge Organization. **knowledge Organization**. V. 43, No.5, 2016.

FURNER, J. Dewey Deracialized: A Critical Race-Theoretic Perspective. **Knowledge Organization**. 34:3, 144-168, 2007

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Otra memoria es posible**: estrategias descolonizadoras del archivo mundial. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2004.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Principios de lenguaje epistemográfico**: la representación del conocimiento sobre Patrimonio Histórico Andaluz. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 1998. (Cuadernos técnicos, 3).

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Desclassificação na organização do conhecimento: ensaio pós-epistemológico. **Transinformação** [online]. vol.23, n.1, pp.05-14, 2011. Disponível em: . Acesso em: 07 nov. 2018.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Knowledge organization from a "culture of the border": towards a transcultural ethics of mediation. In: LÓPEZ-HUERTAS, M.J. (eds). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century**: integration of knowledge across boundaries. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002a., p.516-522.

GONZALEZ, L. "A categoria político-cultural de amefricanidade". **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/ 93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019**  
**21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

GUIMARÃES, A. S. A. **Raça e os Estudos de Relações Raciais no Brasil**. Disponível em: [http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/88/20080627\\_raca\\_e\\_os\\_estudos.pdf](http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/88/20080627_raca_e_os_estudos.pdf). Acesso em: 08 nov. 2016.

GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da *International Society for Knowledge Organization (ISKO)*. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)**, v.1 n.1, p.77-99, Jan./Jun. 2008.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 1, 2014.

HJØRLAND, B. Concept Theory. **Journal Ofthe American Society for Information Science Andtechnology**, 60(8):1519–1536, 2009.

HJØRLAND, B. **Domain analysis in information science**: Eleven approaches traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, London, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.

HJØRLAND, B. What is knowledge organization (KO)? **Knowledge Organization**, v.35, n.2-3, 2008.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. **Toward a new horizon in information science**: domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 46 n. 6, p. 400-425, 1995.

HUDON, M. Multilingual thesaurus construction: integrating the views of different cultures in one gateway to knowledge and concepts. **Knowledge Organization**. v. 24, n.2, p.84-91.1997.

JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: CARDOSO FILHO, et al. **Organização da Informação e do conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4, 2012.

LÓPEZ, L. C..O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde.**Interface Comunicação Saúde e Educação**. v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012

LOUREIRO, J.M.M. Ciência da Informação: nem ciência social, nem humana, apenas uma ciência diferente. In: PINHEIRO, L.V.R. (Org.). **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília; Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1999. p.65-78.

MILANI, S. O. **Estudos éticos em representação do conhecimento**: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras. 2010. 141 f.Dissertação (Mestrado em

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019**  
**21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

MILANI, S. O. Los valores éticos en organización y representación del conocimiento (ORC). In: Blanca Rodríguez Bravo; Maria Luisa Alvite Díez. (org.). **La interdisciplinariedad y transdisciplinariedad en la organización del conocimiento científico**. León: Universidad de León, 2007.

MILANI, S.O. **Bias na Representação de Assunto: Uma Discussão de Oposições Binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)** / Suellen Oliveira Milani. – Marília, 2014. 134 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2014.

MIRANDA, M. L. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em Religião na CDD. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, **Anais...** Salvador, 2007. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/345/GT2--341.pdf?sequence=1>; Acesso em: 20 jan. 2019.

MOURA, M. A. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.14, n. 2, p. 118-135, novembro 2018.

MORADO NASCIMENTO. D. Abordagem sociocultural da Informação. **Informação e Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 21-34, jul./dez. 2006.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Em Brandão, André Augusto P. (Org.), **Cadernos Penesb 5**. Niterói: EdUFF. 2005.

OLIVEIRA, L. M. B. de. Sobre conquistas e tensões. **Revista de estudos Avançados**. v. 32, n. 93, maio/agosto 2018, p. 283-296. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142018000200283&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142018000200283&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 05 out. 2019.

OLSON, H. A. **The power to name**: locating the limits of subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2002.

OLSON, H.A. **The power to name**: locating the limits or subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic publisher, 2002.

ORTIZ, R. A polissemia das palavras. In: ORTIZ, R. **Universalismo e diversidade**: contradições da modernidade-mundo. São Paulo: Boitempo, 2015.

ØROM, A. Information science, historical changes and social aspects: a nordic outlook. **Journal of Documentation**, v.56, n.1, p.12-26, 2000.

PANDO, D. A. **Epistemologia da Organização da Informação: uma análise de sua cientificidade no contexto brasileiro** / Daniel Abraão Pando. – Marília, 2018. 463 f. Tese

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019**  
**21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

(Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp),  
Faculdade de Filosofia e Ciências, 2018.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol**. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

PINHO, F. A.; GUIMARÃES, J. A. C. . **Os desafios da representação do conhecimento face à homossexualidade masculina**. In: GUIMARÃES, J. A. C.; DODEBEI, V. L. D. L. M. (org.). **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. 1ed.Marília: FUNDEPE, 2012. Disponível em: . Acesso em:15 jul.2018.

PIZARRO, D. C. **Entre o saber-fazer e o saber-agir: o que professam os docentes de Biblioteconomia em Santa Catarina**. 2017. 535 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2017.

RIBAS, A. F. P.; MOURA, M. L. S. I de .Abordagem sociocultural: algumas vertentes e autores. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 129-138, 2006.  
QUIJANO, A. Colonialidade do poder. Santos, B. de S.; Meneses, M. P. (org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010

SANTOS, B. S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes**. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2010.

SANTOS, B.S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.  
SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução, relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.41-62, jan/jun 1996.

SIMÕES, M. G.; BRAVO, B. R.; PESTANA, O. Representação do conceito de mulher na Classificação Decimal Dewey (CDD) a na Classificação Decimal Universal (CDU): duas perspectivas sobre o mesmo conceito? **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p. 152-169, novembro 2018.

SILVA, J. L. C.; FREIRE, G. H. de A. Um olhar sobre a origem da ciência da informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 17, n.33, p. 1-29, jan./abr., 2012. Disponível em: . Acesso em: 24 abr. 2018.

SILVA, M. F. da. **A questão da representação das religiões de matriz africana na CDD: uma análise crítica da umbanda / Marcio Ferreira da Silva**. – Marília, 2018. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2018.

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019  
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

SILVA, M. H. **Identidades e Multiculturalismo**: um estudo acerca do Ensino de História das Áfricas nas Universidades Públicas de Santa Catarina (2011-2012). 2013. 108 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SILVA, C. L.; PIRES, T. R. de O. Teoria Crítica da Raça como referencial teórico necessário para pensar a relação entre direito e racismo no Brasil. ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 24, 2015, Sergipe, **Anais...** Sergipe: COMPENDI, 2015.

SMIRAGLIA, R. **The Progress of Theory in Knowledge Organization**. Library Trends/Winter 2002.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.